

CURSINHOS POPULARES COMO MOVIMENTO SOCIAL – A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM PAUTA

ARIANE LAZARINE*

Rede Municipal de Ensino de São Paulo

<https://orcid.org/0000-0002-9682-3153>

MARIA CLARA DI PIERRO**

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

<http://orcid.org/0000-0002-8343-3578>

RESUMO

Os movimentos sociais são uma forma importante de organização da população com vistas à mobilização e participação nos rumos das sociedades. Eles são uma forma de ação coletiva com características específicas, como a existência de uma campanha e um repertório comum, a demonstração de que possuem valores, unidade e participantes em quantidade e comprometimento suficientes para garantir sua continuidade no tempo. Suas demandas podem girar em torno de questões de classe, identidade ou críticas gerais ao sistema político-econômico. Neste trabalho foi analisado o movimento de cursinhos pré-vestibulares populares ou alternativos, surgido no Brasil a partir da década de 1950 e que ganhou força especialmente a partir dos anos 1990, resultando hoje na existência de inúmeras redes de cursinhos espalhados pelo país e que se articulam entre si e com outros movimentos sociais, especialmente o negro e o estudantil. A partir da apresentação de sua história e suas características gerais, foi possível verificar que eles têm na luta pela democratização do ensino superior uma campanha que os unifica. Para isso utilizam de um repertório característico de movimentos sociais para pressionar por políticas públicas, como as ações afirmativas, entre outras. Além disso, geram nos diferentes sujeitos envolvidos aprendizagens variadas importantes para os mecanismos participativos que conferem substância à democracia. Questiona-se se as ações levadas a cabo

* Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Biológicas (2013) e em Ciências Sociais (2020), ambas pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora de Ciências na rede municipal de ensino de São Paulo, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), e mestranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). E-mail: ariane.lazarini@gmail.com

** Professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, é Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (1980), Mestre (1995) e Doutora (1999) em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou estágio pós doutoral no Teachers College (2012), Columbia University (EUA). Foi professora da educação básica de jovens e adultos por 13 anos. Foi fundadora e atuou na organização não governamental Ação Educativa. É filiada à Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), membro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo e da Rede Escola Pública -Universidade. Líder do grupo de pesquisa “Pensamento, políticas e práticas em Educação de Jovens e Adultos”. E-mail: mcpierro@usp.br

pelos cursinhos têm potencial de modificar o sistema excludente de acesso ao ensino superior ou se apenas atuam em um nível assistencial.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Educação Popular; Cursinhos Populares.

ABSTRACT

POPULAR PRE-UNIVERSITY COURSES AS A SOCIAL MOVEMENT THE DEMOCRATIZATION OF HIGHER EDUCATION ON THE AGENDA

Social movements are an important way of the population organize itself in order to mobilizing and participating in the direction of societies. They are a form of collective action with specific characteristics, such as the existence of a campaign and a common repertoire, the demonstration that they have values, unity and participants in sufficient quantity and commitment to guarantee their continuity over time. Their demands include issues of class, identity or general criticism of the political-economic system. In this work, the movement of popular or alternative pre-university preparatory courses is analyzed. It emerged in Brazil from the 1950s and gained strength especially from the 1990s onwards, resulting in the existence of numerous networks of pre-university courses spread across the country and which are articulate with each other and with other social movements, especially black and student ones. We present its history and its general characteristics, and verify that they have in the fight for the democratization of higher education a campaign that unifies them. For this, they use a characteristic repertoire of social movements to press for public policies, such as affirmative action, among others. Moreover, they generate in the different subjects involved a variety of learning experiences important for the participatory mechanisms that give substance to democracy. It is questioned whether the actions carried out by the preparatory courses have the potential to modify the exclusionary system of access to higher education or if they only act at a assistance level.

Keywords: Social Movements; Popular Education; Popular Pre-University Courses.

RESUMEN

CURSOS PREUNIVERSITARIOS POPULARES COMO MOVIMIENTO SOCIAL LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LA AGENDA

Los movimientos sociales son una importante forma de la población organizarse para movilizarse y participar en la dirección de las sociedades. Son una forma de acción colectiva con características específicas, como la existencia de una campaña y un repertorio común, la demostración de que poseen valores, unidad y participantes en número y compromiso suficientes para garantizar su continuidad en el tiempo. Sus reivindicaciones pueden girar en torno a cuestiones de clase, identidad o crítica general al sistema político-económico. En este trabajo analizamos el movimiento de cursos preuniversitarios populares o alternativos, que surgió en Brasil en la década de 1950 y ganó fuerza especialmente en la década de 1990, resultando hoy en la existencia de numerosas redes de cursos preuniversitarios diseminadas por todo el país y articuladas entre sí y con

otros movimientos sociales, especialmente los movimientos negro y estudiantil. Presentamos su historia y características generales y verificamos que tienen en la lucha por la democratización de la enseñanza superior una campaña que los une. Para ello, utilizan un repertorio característico de los movimientos sociales para presionar por políticas públicas, como la acción afirmativa, entre otras. Además, generan en los diferentes sujetos involucrados una variedad de experiencias de aprendizaje que son importantes para los mecanismos participativos que dan contenido a la democracia. La cuestión es si las acciones llevadas a cabo por los cursinhos tienen el potencial de modificar el sistema excluyente de acceso a la educación superior o si sólo actúan a nivel asistencial.

Palabras clave: Movimientos Sociales, Educación Popular, Cursos Preuniversitarios Populares.

1. INTRODUÇÃO

A busca pela democracia plena passa pelas lutas por direitos. Quando falamos sobre o direito à educação em nosso país, fica evidente em diversos dados a discrepância existente entre as garantias legais e a realidade. Nossa Constituição Federal, por exemplo, coloca a “igualdade de condições para o acesso e permanência” como um dos princípios do ensino, e cita entre os deveres do Estado a garantia do “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988). Levando em conta a desigualdade nas taxas de escolaridade média de acordo com renda e raça, a porcentagem ainda alta de analfabetismo funcional na população maior de 15 anos, a existência de cerca de um quarto dos adolescentes de 15 a 17 anos que não estão cursando o Ensino Médio¹ e as diferenças entre o que se aprende em escolas públicas e privadas, é possível afirmar que todos e todas estão conseguindo atingir os níveis de ensino que de fato suas capacidades poderiam permitir?

Cada um desses apontamentos exigiria uma reflexão aprofundada, porém eles já servem para nos convencer de que o citado “acesso aos níveis mais elevados do ensino” é na verdade privilégio de uma pequena parcela da

população, aquela que em geral tem condições de realizar o percurso escolar esperado sem grandes percalços.

A tentativa de mudar essa realidade é feita de inúmeras formas, que vão desde a pressão por políticas públicas até a organização de iniciativas de preparação e apoio a estudantes por parte da sociedade civil. Nesse sentido de democratizar o acesso ao ensino superior destaca-se um movimento que vem ganhando força nas últimas duas décadas no Brasil: o movimento dos cursinhos pré-vestibulares populares. Com início no contexto urbano de grandes cidades, hoje eles se encontram espalhados por diferentes estados e regiões do Brasil, tendo se enraizado e difundido especialmente em cidades da região Sudeste (OLIVEIRA, 2011, p. 173). Apesar de alguns mapeamentos realizados, é difícil precisar o número de cursinhos existentes no momento, uma vez que novos núcleos surgem e outros deixam de existir a cada ano. No entanto, certamente se trata de um movimento expressivo: conforme estudo de Carvalho *et al.* (2006), existiam no país mais de dois mil núcleos em 2005, há mais de 15 anos. Apesar de toda a diversidade relativa aos princípios, objetivos e formas de organização que a nomenclatura de “cursinho popular” e outras afins (“comunitário”, “alternativo”) abriga, boa parte da

1 Dados de 2020 retirados do portal Observatório do Plano Nacional da Educação (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2020).

literatura acadêmica sobre essas iniciativas as classificam dentro da categoria de movimento social.

Os movimentos sociais são uma das formas de ação coletiva que a sociedade civil tem para interferir nos rumos das políticas públicas, e como tal são uma importante expressão democrática. A legitimidade a eles atribuída faz com que o *status* de movimento social seja desejável por parte de grupos organizados em torno de uma causa, como os cursinhos populares. É preciso, no entanto, reconhecer as especificidades desta categoria de ação coletiva para que sejam analisadas de maneira contextualizada em cada caso. Neste trabalho propõe-se uma discussão teórica em diálogo com a literatura existente sobre os cursinhos populares, a fim de analisar os elementos que os aproximam ou afastam do conceito de movimento social.

2.1. Movimentos sociais e o acesso à educação superior no contexto democrático

Conforme as sociedades se transformam, mudam também as formas pelas quais os indivíduos e grupos se unem, se expressam, interagem. Sendo os movimentos sociais de caráter necessariamente coletivo e comunicativo, é natural que ao longo da história tenham se desenvolvido diversas vertentes, afetadas pelo contexto espaço-temporal em que se deram e dão. Tem sido adotada na literatura a classificação entre movimentos sociais “velhos”, “novos” e “novíssimos” (LOPES, 2016; JOHNSTON, 2014).

O que todos eles têm em comum, ou seja, o que define um movimento social, é um tema presente no trabalho de diversos autores e autoras. Para Charles Tilly (2010), se trata de “uma forma política inventada” (TILLY, 2010, p. 21), que passou a se desenhar como fenômeno específico na Europa ocidental e nos Estados Unidos no final do século XVIII e tem como elementos centrais a presença de uma campanha, ou seja, um esforço organizado para encaminhar determinadas reivindicações; de

um repertório de ações, como reuniões públicas, petições, manifestações; e de demonstrações de valores comuns, unidade, número e compromisso dos participantes (*Ibidem*, p. 22). Ou seja, não são ações episódicas, mas sim sistemáticas e organizadas a partir desses três elementos, ou seja, precisam ter uma certa continuidade no tempo. Hank Johnston (2014) ainda acentua que as metas dos movimentos são voltadas para a mudança social e que a determinação destas se dá sempre a partir de ideologias e interesses, sendo estruturados em redes de grupos, organizações e indivíduos a partir de uma identidade coletiva. O autor ainda ressalta que “os movimentos sociais caracterizam-se por seu repertório único de ações que funcionam principalmente fora dos canais institucionais” (JOHNSTON, 2014, p. 94). Para Maria da Glória Gohn (2011), os movimentos sociais “agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (GOHN, 2011, p. 336) e os coloca dentro de um campo progressista excluindo eventuais movimentos conservadores desta categoria, algo que não é consenso na literatura.

A sociedade industrial fez emergir o conflito de classes, sendo este a principal fonte das desigualdades que os chamados “velhos” movimentos sociais - movimentos camponeses e operários, por exemplo - buscavam e buscam combater. Portanto, eles estão ancorados na contradição presente nas relações de produção e atuam a partir de uma lógica de representação classista (LOPES, 2016, p. 334). Os “novos” movimentos sociais começam a ser identificados a partir da segunda metade do século XX, em um contexto pós-industrial em que outras questões, principalmente identitárias e relacionadas aos estilos de vida, tomam o lugar do trabalho como principal gerador de conflitos. Emergem os movimentos feminista, negro, homossexual (que se desenvolveu e sofreu mudanças de nomenclatura para abranger toda uma diversidade de identidades relativas ao gênero e à sexualidade, expressa na sigla LGBTQIA+). A identidade coletiva adquire

nesses movimentos uma importância maior que nos “velhos”, uma vez que os interesses giram justamente em torno dessa identidade (JOHNSTON, 2014, pp. 85-86).

Já a partir da década de 1990, no contexto da globalização e da grande relevância que as novas tecnologias de informação e comunicação adquiriram, surgem os “novíssimos” movimentos sociais, dos quais são exemplos o Indignados, na Europa, o movimento estudantil do Chile e o Movimento Passe Livre no Brasil (LOPES, 2016, p. 335). Além do uso intensivo da tecnologia, especialmente das redes sociais e dos recursos audiovisuais, esses movimentos são levados adiante por uma juventude de classe média urbana escolarizada mas precarizada em termos de trabalho, que tece críticas políticas e econômicas sistêmicas, se articula transnacionalmente, traz novas referências estéticas e busca por formas mais horizontais de organização (*Ibidem.*, pp. 335-336). Lopes (2016) levanta dúvidas sobre a efetividade desses movimentos na modificação do sistema a que se propõe em seus discursos, questionando se possuem programas alternativos à hegemonia que lhes garantam uma unidade ou se suas microdemandas apenas são absorvidas pelo sistema, consolidando justamente aquilo que buscam combater.

É importante ressaltar que os três tipos de movimentos descritos devem ser encarados como tipos ideais no sentido weberiano, e que apesar de colocados em uma linha temporal de surgimento, não seguem uma cronologia de superação de seus antecessores. Ou seja, em um mesmo momento histórico coexistem essas distintas modalidades de movimentos sociais, sendo necessária uma análise contextualizada de cada movimento para que se aproxime ou afaste de aspectos de uma ou outra vertente.

2.2. Os momentos e movimentos dos cursinhos populares

Para que possamos analisar o movimento dos cursinhos populares enquanto movimento social ou outra forma de ação coletiva é necessária

uma breve retomada histórica. Segundo estudo de Cloves Alexandre de Castro (2019), a origem dessas organizações remonta ao período prèditadura militar, em que o Brasil efervescia com diversos movimentos sociais em busca da efetivação de inúmeros direitos - à terra, à moradia, à educação. Dentro da luta pelo acesso à educação, que à época ainda era bastante precária, fazendo com que as principais pautas fossem a ampliação da educação básica e pública com especial enfoque na alfabetização, surge também a questão do acesso ao ensino superior. As instituições de ensino superior adotavam já desde a segunda década do século XX o exame vestibular para ingresso, e o primeiro curso voltado para a preparação a esses exames surgiu em 1932: o curso do Anglo, de caráter privado e com fins lucrativos (CASTRO, 2019, pp. 161-162). Percebe-se, portanto, que os gargalos pelos quais as camadas populares passam para chegar ao ensino superior existem há muito tempo, datando de uma época em que uma parcela minoritária chegava a completar o ensino básico, o que já naquele momento não era suficiente para garantir a continuidade de seus estudos em uma universidade.

As primeiras experiências que se preocupam com a capacitação da população de baixa renda para o ingresso no ensino superior datam da década de 1950, sendo destacada a criação de dois cursinhos associados a organizações estudantis: o do Grêmio da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e o do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (CAASO), na USP de São Carlos. Apesar de o cursinho da Poli, como ficou conhecido o primeiro, ser frequentemente apontado na literatura como o precursor dos cursinhos populares, é importante apontar que neste início ele tinha um caráter bastante restrito e elitizado, com fins lucrativos e voltado apenas para quem pretendesse entrar na Escola Politécnica da USP (CASTRO, 2019, p. 163). Ao longo de sua história, no entanto, ele passa por diversas transformações resultantes de disputas entre as forças envolvidas na organização do cursi-

nho - estudantes e gestores universitários com diversas ideologias - havendo momentos em que ele se volta para a população que não pode pagar por um curso privado, como em sua retomada em 1987 após ter deixado de existir em 1982, e outros em que passa por um processo de mercantilização do ensino e se aproxima do que seria um cursinho comercial, o que ocorreu no final da década de 1990. Ainda assim, sua importância é inegável, dado que foi de um grupo dissidente de professores do cursinho, demitidos no início dos anos 2000, que surgiu o coletivo que originaria a rede Emancipa, hoje uma das maiores redes de cursinhos populares, com núcleos espalhados por inúmeras cidades e estados Brasil afora.

O cursinho do CAASO, por outro lado, é apontado como tendo, desde seu início em 1957, alguns princípios norteadores do que viriam a ser chamados os cursinhos populares ou alternativos: os de possibilitar o ingresso da população de menor poder aquisitivo nas universidades públicas por meio de trabalho voluntário em um curso oferecido gratuitamente (CASTRO, 2019, p. 163). Na década de 1970, no entanto, ele deixou de ser gratuito e voluntário, e passou a contar também com um colégio e um curso supletivo.

No período pré-golpe de 1964, surgiu como fruto do debate sobre os rumos do Brasil e diversas lutas populares - por reformas de base, movimentos de educação e cultura popular, ativismo estudantil - o cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas (FFLCH) da USP, baseado nas práticas de educação popular de Paulo Freire. Teve como idealizadores e participantes membros de partidos, em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e outros grupos de esquerda organizados, como a Política Operária (Polop) e a União Nacional de Estudantes (UNE), e um dos objetivos do cursinho era justamente o da formação de militantes para esses grupos (*Ibidem*, p. 169). Com o golpe de estado que resultou na ditadura militar em 1964, novas questões aparecem, como a discussão sobre a

concentração de esforços na luta armada, e o cursinho deixa de existir em 1967 por conta do aumento da repressão, que fechou os instrumentos de representação estudantil. Ainda houve tentativas de estabelecer cursinhos durante o período militar, mais discretos e afastados da universidade. São exemplos o pré-USP, na região da Bela Vista, e o Cursinho das Rosas, no bairro da Praça da Árvore, ambos na capital paulista. Porém, provou-se a incompatibilidade entre essa atividade educativa e a luta armada (na qual estavam engajados seus promotores), e também eles deixaram de existir.

Com a transição para o regime democrático na década de 1980, os movimentos sociais voltam a ganhar força, e os pré-vestibulares populares surgem ou ressurgem a partir da década de 1990, em geral em articulação com os movimentos negro ou estudantil. São exemplos do primeiro caso o cursinho do Núcleo da Consciência Negra da USP; o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) no Rio de Janeiro; a Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro) em São Paulo e posteriormente, em 2009, a União de Educação Popular para Negros(as) e Classe Trabalhadora (UNEafro). Os três últimos se desenvolveram como redes de cursinhos, contando com números expressivos de núcleos em diferentes cidades, e possuem sua trajetória entrelaçada. Tanto o PVNC quanto a Educafro foram iniciativas que têm na sua fundação a figura de Frei David, franciscano ligado ao movimento negro e que considerou essencial o trabalho com a questão racial e a cidadania nos cursinhos (CASTRO, 2019, p. 188). O PVNC surgiu em 1993 e chegou a seu ápice em 1997 com 77 núcleos espalhados pelo estado do Rio de Janeiro, quando conflitos entre o setor mais ligado à igreja e os militantes do movimento negro e popular que queriam autonomia causaram a cisão que levou à criação da Educafro. A partir daí o PVNC foi tendo uma progressiva queda na quantidade de cursinhos, e hoje conta com 20 núcleos principalmente nas cidades de Duque de Caxias e na capital Rio de Janeiro (PVNC, s/d). Já a Educafro se

consolidou como um importante agente na luta pela igualdade racial, propondo políticas públicas, realizando manifestações e pressionando juridicamente em casos de racismo; e seus núcleos pré-vestibulares se espalharam por outros estados: MG, DF e RJ.

A UNEafro, por sua vez, também resultou de uma ruptura, desta vez na Educafro. Seus fundadores divergiam de concepções de movimento e posturas individuais dentro da Educafro, cujo caminho afirmam ter seguido na direção do assistencialismo, se assemelhando mais a uma ONG que a um movimento social (CASTRO, 2019, p. 195). Hoje a UNEafro tem 35 núcleos, e

agrega militantes da causa negra, da luta antirracista, da causa das mulheres, da diversidade sexual e do combate a todos os tipos de discriminação e preconceito; da causa da Educação Popular e Libertária, da disseminação do protagonismo comunitário e da luta contra a exploração econômica e a dominação política. (UNEAFRO, s/d)

Em relação aos cursinhos cuja origem está diretamente relacionada ao movimento estudantil podemos relacionar como exemplos mais importantes, apontados no trabalho de Castro (2019): os surgidos em Ribeirão Preto (SP) e arredores a partir de 1990, como o Curso de Apoio ao Estudante (CAPE), que se organizaram no Fórum de Cursinhos Populares da Região de Ribeirão Preto (FCPRPR), promovendo encontros itinerantes anuais com o objetivo de compartilhar vivências e ampliar o movimento dos cursinhos; os da Unesp, resultantes de política de extensão universitária e convênios com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, hoje cerca de 30 espalhados pelas cidades em que a universidade possui *campi*; o Movimento dos Sem Universidade (MSU), com origens no movimento estudantil da UNICAMP; e a rede Emancipa, que derivou de conflitos no Cursinho da Poli.

O MSU, na realidade, se constituiu a partir de conflitos com a reitoria da universidade na construção do Cursinho do DCE da Unicamp e da experiência de sujeitos sociais oriundos,

além do movimento estudantil e de cursinhos populares, do movimento negro, de Pastorais da Juventude, de movimentos culturais da periferia e do próprio MST, cujo nome e práxis serviu de inspiração. Em uma metáfora com a questão agrária, o movimento compreende “a estrutura e as formas de acesso às universidades públicas no Brasil como um verdadeiro latifúndio que tem no exame vestibular a representação da cerca que impede o acesso da população mais precarizada à universidade.” (CASTRO, 2019, p. 224) Atualmente o MSU se encontra em todos os estados do país, tendo força destacada em MG. Além dos cursos pré-vestibulares, o movimento participa em comissões do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça, e já apresentou à Câmara Municipal de São Paulo projeto para criação de uma Universidade Popular do Município de São Paulo a ser sediada onde funcionaram presídios como o Carandiru, em uma busca de neles “inaugurar outro processo civilizatório, com uma instituição pública de ensino superior, com livre acesso a todos e todas que se interessarem em frequentá-la.” (*Ibidem*, p. 225)

A rede Emancipa se define como um movimento social de educação popular, e para além da questão da democratização do acesso à universidade inclui em suas lutas aquelas “contra as desigualdades econômicas, o racismo, o machismo, a LGBTQIA+fobia, em defesa do meio ambiente e da saúde pública” (EMANCIPA, 2022). Possui mais de 50 núcleos em oito estados, com predominância em SP, onde se originou. Existe um vínculo claro com partidos políticos de esquerda, em especial com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o que, entre outras questões, gerou diversos conflitos e cisões (CASTRO, 2019, p. 233).

Para além das grandes redes, existem inúmeras outras iniciativas que surgem a partir da experiência de sujeitos que atuaram como professores, coordenadores ou estudantes e, vendo nela uma estratégia de luta legítima e potente, desejam ampliar o movimento. Mesmo estes cursinhos que se constituem de maneira

autônoma invariavelmente encontram formas de se articular com outros em busca de trocas de experiências e formas de viabilizar uma formação que permita o trabalho crítico a que se propõem, a exemplo da Frente de Cursinhos Populares de São Paulo, fundada em 2019 (SERRANO, 2020) ou da organização de encontros periódicos, como no Fórum de Cursinhos Populares da Região de Ribeirão Preto.

2.3. Princípios e práticas dos cursinhos populares

Analisando estudos sobre diferentes núcleos ao longo das últimas duas décadas, fica evidente a grande diversidade de práticas, formas de organização e concepções do que deve ser um cursinho popular. Alguns deles chegaram inclusive à conclusão de que determinados núcleos não possuem uma rotina e uma cultura organizacional nem didática muito diferentes de cursinhos comerciais (SILVA FILHO, 2003; BACCHETTO, 2003).

Entre os que procuram se afastar dessas instituições privadas e se situar no campo da educação popular, existe uma preocupação com a formação crítica dos educandos visando à transformação social que estes possam promover no futuro. Ou seja, adotam uma perspectiva freireana que rejeita uma educação do tipo bancária, em que o educando recebe informações passivamente, para adotar uma visão emancipatória em que estes, por meio da leitura do mundo, do desenvolvimento da criticidade e com os conhecimentos de que já dispõem, se tornem protagonistas da história e possam intervir na realidade (FREIRE, 2013). Em geral, os cursinhos buscam garantir essa formação crítica a partir da inclusão na grade horária de uma disciplina em que ocorram discussões envolvendo temas relevantes social e politicamente. Nos núcleos do PVNC e em alguns outros ela se chama “Cidadania e Cultura” (VASCONCELOS, 2015; ZAGO, 2008, BACCHETTO, 2003), mas também recebe outros nomes como “Círculos”, nos cursinhos da Rede Emancipa (SANTOS, 2021; CUASPA ROPAÍN,

2019; MENDES, 2011) em referência aos Círculos de Cultura organizados por Paulo Freire; “Cidadania e Consciência Negra” (BACCHETTO, 2003); “Encontros críticos” (DOS SANTOS & FERREIRA, 2021); “Crise” ou “Atualidades” (SERRANO, 2020). Exemplos de temas discutidos são direitos humanos, cidadania, cultura, consciência negra e até o próprio vestibular.

Outros exemplos de práticas na mesma linha de reservar momentos específicos para a promoção da criticidade de estudantes são as oficinas, de caráter em geral mais lúdico e presença facultativa (SANTOS, 2021), as saídas de campo (CUASPA ROPAÍN, 2019; VASCONCELOS, 2015) e dinâmicas como as da “Aula Inaugural” e “Dia na USP”, da Rede Emancipa, descritas por Cuaspa Ropaín (2019). A Aula Inaugural acontece semestralmente, antes do início das aulas, e é um momento de apresentação do projeto e das motivações da rede enquanto movimento por meio da reflexão de temas como o acesso à educação superior pública, do compartilhamento de experiências e de manifestações artísticas. Ocorre com frequência em espaços públicos e abertos, como o vão livre do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), historicamente um local que concentra inúmeros atos e manifestações de protesto e que traz evidentemente esse caráter simbólico para o evento. O Dia na USP ocorre uma vez no ano e, assim como a Aula Inaugural, representa a apropriação de um espaço público, desta vez especificamente um espaço que está na disputa central do movimento.

Em grande parte dos cursinhos o trabalho é voluntário, e a seleção de docentes e colaboradores em geral não parece levar em conta o interesse em participar de um movimento social ou os objetivos de transformação social. Por vezes ela nem chega a ocorrer dada a dificuldade de encontrar docentes de todas as áreas de conhecimento, o que acaba refletindo em uma diversidade ideológica que pode se tornar inconciliável, conforme foi visto nos inúmeros exemplos de rupturas que se deram no interior de cursinhos e redes ao longo da história.

Muitos autores colocaram a questão em termos de uma dicotomia em relação às motivações das pessoas interessadas em integrar um cursinho popular, classificando-as entre os perfis “militante” e “voluntário” (SERRANO, 2020; CUASPA ROPAÍN, 2019; GROppo *et al.*, 2019; VASCONCELOS, 2015; MENDES, 2011), sendo que no primeiro perfil predominam as motivações políticas e coletivas e, no segundo, as pedagógicas e pessoais, como o aprimoramento da prática docente. Esses perfis representam dois extremos que vão dos que de fato estariam alinhados com a causa política dos cursinhos e que conseqüentemente teriam um comprometimento grande, aos que possuiriam um vínculo mais frouxo já que sua participação se baseia em interesses individuais ou filantrópicos. Alguns trabalhos ainda traçam perfis intermediários em termos de comprometimento e alinhamento com os ideais políticos e de ação, como o de “pessoas que vêm de um histórico de superação de barreiras sociais e econômicas e vão ter no movimento a primeira experiência política” (VASCONCELOS, 2015, p. 174). É de se considerar ainda que as motivações podem - e deveriam, dado o caráter formador da participação em um coletivo popular - se transformar, e portanto esses perfis não devem ser lidos como fixos e estanques.

Nesse sentido são importantes os momentos de formação. Idealmente, a formação nos cursinhos envolve a todos - estudantes, professores, coordenadores. Apesar de apontados como essenciais para que o projeto de educação popular possa se efetivar nos cursinhos, verificou-se que poucos conseguem realizar esses encontros e discussões de maneira sistemática (VASCONCELOS, 2015; SILVA FILHO, 2003). Em geral as reuniões se restringem ao início e fechamento de semestre, em poucos casos sendo abertas aos educandos (CUASPA ROPAÍN, 2019). Cursinhos que fazem parte de redes como a Emancipa ou o PVNC têm ainda as reuniões entre núcleos, porém a participação acaba ficando restrita a alguns membros da coordenação. Apenas em trabalho de Marianna

Serrano (2020), que entrevistou representantes de sete cursinhos membros da Frente de Cursinhos Populares de São Paulo, foi relatada a existência de formações internas, entre cursinhos e em jornadas de educação popular, estas organizadas pela Frente. A formação como prática intencional aparece, portanto, como um dos principais desafios a serem enfrentados pelos cursinhos populares, dada sua importância para a efetivação dos princípios elencados e reafirmação de seu caráter político-pedagógico (CARVALHO, 2013). Sua ausência é um dos fatores que leva às “relações de laços ideológicos frouxos” (SIQUEIRA, 2011) entre os professores e que refletem nas práticas incongruentes com os discursos oficiais.

Há, no entanto, outras vivências que decorrem do caráter de movimento social dos cursinhos populares e foram apontadas nos trabalhos como importantes no sentido da formação política voltada para a transformação da sociedade. São as lutas, muitas delas com resultados efetivos, realizadas no sentido de pressionar políticas públicas para a democratização do Ensino Superior, como as que resultaram nas isenções de taxas de vestibulares como FUVEST, UNESP e UNICAMP (SIQUEIRA, 2011, p. 32), as políticas de cotas e permanência para pobres, negros e indígenas em instituições de ensino superior (NASCIMENTO, 2010, p. 87), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação (SIQUEIRA, 2011, p. 34) e o movimento pelo passe livre para estudantes de cursinho na cidade de São Paulo (SERRANO, 2020, p. 77).

Por fim, os estudos indicam que em geral as relações entre coordenação, professores e estudantes são mais horizontais que em instituições formais de ensino, indo ao encontro da ideia de autogestão (SERRANO, 2020; SILVA FILHO, 2003). As estratégias para isso giram em torno da formação de núcleos, coletivos ou grupos de ação formados pela coordenação e professores (CUASPA ROPAÍN, 2019), em alguns casos contando com a participação dos estudantes (DOS SANTOS & FERREIRA,

2021; SANTOS, 2021). Cada cursinho monta esses núcleos conforme as demandas que são percebidas no cotidiano, podendo ocorrer em torno de questões territoriais, organizativas e políticas. É nessas instâncias que se dão boa parte das oportunidades de aprendizagens em relação ao fazer coletivo, apontadas como momentos em que se trabalha um programa político, sem se falar explicitamente dele: “O que está em questão não é a finalidade da atividade em si mas antes, a atividade como meio de apreensão do que é ‘coletivo.’” (SERRANO, 2020, p. 63). Essa forma de organização tem ainda a vantagem de gerar vínculos e engajamento com o projeto como um todo, tanto por parte de educadores/as quanto de estudantes (*Ibidem.*, pp. 83-84).

2.4. Aprendizagens nos movimentos sociais

Para além do processo intencional de ensino-aprendizagem que é realizado nas salas de aula dos cursinhos populares, é possível identificar em suas práticas e formas de organização outras aprendizagens, que se aproximam do que Maria da Glória Gohn (2011) classifica como o caráter educativo dos movimentos sociais. Por meio das interações que ocorrem entre os diferentes atores sociais - membros do movimento, órgãos públicos envolvidos e a sociedade de maneira mais geral - ocorre a geração de saberes e de inovações (GOHN, 2011, p. 333).

A autora lista uma série de tipos de aprendizagem que podem ocorrer nos processos e ações coletivas. Muitas delas podem ser identificadas no movimento dos cursinhos populares: as reuniões, as formações, os fóruns e encontros entre cursinhos são momentos ricos para aprendizagens práticas (relacionadas a como se organizar, participar e se unir, à escolha de eixos de luta), teóricas (os conceitos envolvidos nas disputas que se travam), políticas (quem são os agentes políticos que podem auxiliar ou criar obstáculos, quais são os nossos direitos), econômicas (gerenciamento

de custos), reflexivas (sobre a própria prática), linguística (criação de uma gramática própria, de uma linguagem comum para a leitura de mundo). O encampamento de lutas, a organização de atos, manifestações e outras formas de pressão institucional para demandar políticas públicas envolvem, além das aprendizagens já citadas, aquelas de natureza técnica-instrumental (quais são as leis que regulamentam aquilo que se demanda, como funciona a burocracia estatal). E considerando as vivências dos cursinhos como um todo, incluindo o cotidiano de aulas e atividades com estudantes, ocorrem ainda aprendizagens culturais (diversidade, quais elementos constroem identidade de grupos), simbólicas (compreensão e recriação de representações), sociais (fala, escuta, comportamentos em público) e éticas (valores comuns pautados na vivência com o outro).

Identificar os diferentes âmbitos em que ocorrem aprendizagens traz uma noção ainda maior da importância e da potência dos movimentos sociais, especialmente em um contexto democrático, que demanda a participação popular para seu funcionamento ideal. “Participar” também é algo que se aprende, e que envolve diversas habilidades como as já citadas. Gohn ainda ressalta o papel da experiência em processos participativos, apontando que há efeitos psicológicos nos indivíduos ao participarem de processos decisórios, que podem servir de incentivo à continuidade. Em resumo, “a participação aumenta à medida que o indivíduo participa” ou “é participando que o indivíduo se habilita à participação” (GOHN, 2014, p. 36).

2.5. Movimento social de cursinhos populares?

Foi possível perceber que os cursinhos populares, desde seu surgimento, sempre estiveram relacionados a outros movimentos de base, como o movimento estudantil, o negro, os movimentos pela educação pública e os movimentos de cultura popular, além de a outros agentes políticos, como membros de partidos.

É por meio desse intercâmbio de experiências que o movimento foi se constituindo, e é de se imaginar que elas tenham contribuído para que os cursinhos populares pouco a pouco fossem se consolidando como um movimento social.

É difícil e arriscado colocar qualquer experiência de cursinho que se diga popular, alternativo ou comunitário dentro do que estamos chamando de movimento de cursinhos populares, visto que a questão do caráter político e crítico visando à transformação social estar presente em seus currículos e formas de organização não é um consenso, havendo tanto cursinhos em que há esse embate interno quanto outros em que ele nem é colocado, assumindo-se apenas a tarefa assistencial de suprir o conteúdo das provas vestibulares para um público de baixa renda. Portanto, para analisar o movimento serão considerados os cursinhos que vão além dessa concepção mais limitada da ação dos pré-vestibulares.

Tomando a bibliografia utilizada como referência na teorização sobre os movimentos sociais, é possível verificar a presença evidente de uma campanha voltada para a mudança social: a democratização do ensino superior. Tal objetivo se traça a partir do campo ideológico da educação popular, o que inclui pensar essa democratização com um viés emancipador e crítico ao sistema, e não pela simples inclusão, o que mantém a mesma lógica excludente do ensino superior. Entre as estratégias utilizadas estão várias que fazem parte de um repertório de ações característico dos movimentos sociais, como as manifestações e atos por políticas como cotas e passe livre; reuniões e eventos em locais públicos e nas universidades, a exemplo das dinâmicas da Aula Inaugural e do Dia na USP da rede Emancipa. Para completar os elementos básicos apontados por Tilly (2010), a descrição das características gerais dos cursinhos dá conta de demonstrar a existência de valores comuns, certa unidade, persistência no tempo, número razoável e compromisso por parte dos organizadores e organizadoras.

Sobre esse último aspecto, cabe a ressalva de que nem todos e todas aquelas que se propõem a participar de um cursinho popular estão de fato se comprometendo com um movimento social, conforme a discussão sobre “militantes” e “voluntários” mostra. Considerando ainda estudantes, é de se imaginar que, ao buscar um pré-vestibular, eles estão predominantemente atrás de uma meta individual, e que seu compromisso com o cursinho enquanto movimento poderá vir posteriormente como resultado de ações e práticas formativas que possam gerar aprendizagens variadas no sentido da ampliação do horizonte individual, como aquelas elencadas anteriormente a partir de classificação de Maria da Glória Gohn (2011). Conforme visto, muitas práticas adotadas pelos cursinhos populares visam justamente esses aprendizados, não apenas em relação aos estudantes, mas a todo sujeito que com eles se envolva. Cabe aqui como ilustração o relato feito por um ex-professor do CAPE, Danilo Kato, em depoimento a Cloves Alexandre de Castro durante o VI Fórum dos Cursinhos Populares de Ribeirão Preto e Região, em 2009:

Nas assembleias, o rótulo de professores e alunos se equiparava, e era uma aula de política para mim, porque ali, naquele momento, cada interessado tentava manipular e agregar pessoas para os ‘seus’ pontos de vista, porque aquilo geraria voto e uma mudança na ação do grupo. Então isso era muito interessante, porque a política se estabelecia ali, democraticamente, e essas relações, visíveis dentro daquele grupo, para mim, foi uma escola. (CASTRO, 2019, p. 201)

O histórico traçado previamente demonstra outros aspectos trazidos por Johnston (2014) ao que caracteriza os movimentos sociais: longe de serem ações isoladas no tempo e no espaço, se consolidam como uma vasta rede de atores sociais, com intercâmbios entre os diferentes núcleos e redes, mas também com outros movimentos sociais, instituições, órgãos públicos e agentes políticos. As trocas que ocorrem por meio das vivências prévias dos participantes e dos encontros em fóruns, for-

mações e reuniões conjuntas contribuem para a coesão do movimento, ainda que diferenças em relação a estratégias e questões práticas existam. Para essa coesão se faz importante a definição da identidade do movimento, que gira em torno de questões de classe, mas também de outras identidades que entram na categoria freireana de “oprimido”: a população negra, feminina, LGBTQIA+. A relevância da questão identitária no movimento dos cursinhos aparece na existência daqueles que se colocam a serviço prioritariamente da população negra, como CPNV e Educafro. Também têm surgido cursinhos voltados para outras minorias, como o Cursinho Popular Transformação, voltado para pessoas transgêneras, travestis e não binárias (VALINHOS, 2022). Assim, é possível encontrar em suas motivações o pano de fundo classista característico dos “velhos” movimentos sociais - haja visto inclusive a existência do MSU, inspirado no MST - mas também grande influência dos “novos” movimentos sociais pautados em questões de identidade.

Se retomarmos a análise de Lopes (2016) sobre os “novíssimos” movimentos sociais, surgidos no mundo globalizado do final do século XX e início do XXI, encontramos também algumas de suas características em parte dos cursinhos: são organizados por uma juventude universitária de classe média em um contexto de precarização do trabalho, que faz críticas ao sistema excludente e elitista de ensino mas age por meio de demandas específicas que, mesmo quando atendidas, mantém o sistema como um todo funcionando sob a mesma lógica, como é o caso da conquista do PROUNI. Nesse sentido, é possível pensar na mesma chave que Castro (2019) propõe em seu trabalho ao separar os cursinhos do movimento em duas categorias: alternativos e populares. Os primeiros, que se parecem se aproximar em alguns pontos da lógica dos “novíssimos” movimentos sociais, são os que se constroem no contexto universitário, em geral como políticas de extensão universitária ou outras políticas públicas articuladas ao movimento estudantil (CASTRO, 2019, p. 196).

A análise de diversos trabalhos (SILVA FILHO, 2003; BACCHETTO, 2003; CASTRO, 2019) nos indica que é neles que aparece a maior tendência ao assistencialismo e ao questionamento das práticas de educação popular e formação crítica.

A institucionalização gerada pelo suporte de órgãos governamentais e universidades pode estar relacionada a essa tendência, levando em conta que essa relação pode levar à perda de autonomia do movimento, ao estabelecimento de estruturas de controle de cima para baixo e que

alguns administradores públicos ainda tendem a conduzir as políticas sociais para o campo da filantropia e da caridade, esvaziando o sentido do público, do caráter de política pública. Há um esvaziamento da responsabilidade pública, um apelo à moral conservadora, tradicional, remetendo as ações ao campo das políticas sociais compensatórias, do burocratismo e até mesmo do velho clientelismo. Os direitos transformam-se em benefícios concedidos. (GOHN, 2011, p. 355)

Já os cursinhos populares seriam aqueles que “constituíram-se a partir da resignificação das experiências vividas por estudantes da periferia nos cursinhos alternativos do movimento estudantil dos anos 1990” (CASTRO, 2019, p. 226) e que constroem alternativas de inclusão e disputas pelo ensino superior em articulação com movimentos populares, para além dos muros da universidade, nas “cidades reais”, com todas as suas desigualdades e opressões (*Ibidem.*, p. 219). O autor parece indicar que são esses os cursinhos com maior potencial revolucionário, ainda que todas as experiências de cursinhos alternativos ou populares tenham um horizonte comum de mudança social.

CONCLUSÃO

Os movimentos sociais, apesar de sempre terem o que os unifique, também abrigam uma diversidade interna. Não à toa quando consideramos os movimentos feminista, ou negro, por exemplo, se fala em diferentes vertentes

ou até em movimentos feministas e negros, no plural. A existência de divergências entre núcleos e redes de cursinhos populares não é algo que os desclassifica como movimento. Pelo contrário, a análise dos diversos momentos e características dos cursinhos leva à compreensão de que possuem uma campanha comum e um repertório de ações característico de movimentos sociais. A discussão que foi feita neste trabalho aponta mais para uma reflexão sobre se as estratégias e práticas adotadas vão em um sentido mais assistencialista ou de uma transformação mais radical no âmbito da democratização do ensino superior. A conclusão a que se chega é que o discurso daqueles que se colocam de fato como um movimento social pende para a segunda opção, ainda que algumas práticas, principalmente as pedagógicas e relacionadas à formação dos integrantes do movimento, pareçam estar contribuindo de forma limitada para esse objetivo.

Para além de atribuir a devida importância a essas iniciativas no campo dos movimentos populares e pela educação, situar os cursinhos populares e alternativos como um movimento social importa para que eles sejam realmente vistos como tal, o que faria com que os sujeitos que buscam deles participar o fizessem como militantes de um movimento, conscientes dos objetivos coletivos e transformadores a que se prestarão. Isso poderia resultar em que muitas das dificuldades relatadas nos diversos trabalhos em relação ao comprometimento, à pouca importância atribuída à formação crítica e a incoerências teóricas, práticas e organizacionais fossem minimizadas e seus resultados, potencializados.

REFERÊNCIAS

BACCHETTO, João Galvão. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07082003-114804/publico/>>

<[Cursinhos_Alternativos_Bacchetto.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-31012019-181310/)>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CARVALHO, José Carmelo Braz de. Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, p. 299-326, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/qMLsKvvrQqp8ymVQnGBnjtH/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CARVALHO, Marcio de. A educação popular como princípio dos cursinhos populares. **Cadernos CIMEAC**, v. 3, n. 2, p. 73-82, 2013. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1452>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CASTRO, Cloves Alexandre de. **Cursinhos Alternativos e Populares: Geografia das Lutas.** Appris Editora, 1. ed, 2019.

CUASPA ROPAÍN, Julián David. **A experiência do Cursinho Popular Mirna Elisa Bonazzi da Rede Emancipa: reflexões em torno da educação popular como pedagogia descolonial.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) - USP, 2019. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-31012019-181310/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

DOS SANTOS, Luan Ariel Sigaud Vasconcellos; FERREIRA, Lorrana Nascimento. Cursinho popular Edson Luís: Um diálogo com a práxis em Paulo Freire. **Revista Estudos do Sul Global** v. 1 n. 2, 2021, pp. 183-195. Disponível em: <<https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/35>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

EMANCIPA, Movimento social de educação popular. **Inscrições Rede Emancipa - 1º semestre de 2022**, 2022. Disponível em: <<https://inscricoes.redeemancipa.org.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade, **Revista Brasileira de Educação**, 16(47), pp. 333-361, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCR-Vp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos, Investigar em Educação - IIª Série, n. 1, 2014, pp. 35-50.

Disponível em: <https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/goehn_2014.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

GROPPO, Luís Antonio; OLIVEIRA, Ana Rosa Garcia de; OLIVEIRA, Fabiana Mara de. Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782019000100225&lng=e&nr=iso&tlng=pt>. Acesso em 16 fev. 2023.

JOHNSTON, H. **What is a social movement?** Cambridge: Polity Press, 2014.

LOPES, João Teixeira. Movimentos ou momentos? Algumas notas sobre os “novíssimos movimentos sociais”. In: R. F. MENDONÇA, M. A. PEREIRA, & F. FILGUEIRAS (Orgs.). **Democracia digital: Publicidade, instituições e confronto político** (pp. 333-344). Ed. UFMG, 2016.

MENDES, Maíra Tavares. **Inclusão ou emancipação?** Um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/33673>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Do direito à universidade, à universalização de direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa.** Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OBSERVATORIO DO PNE. **OPNE - 20 metas do PNE**, 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/metad>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Movimentos Sociais e Novas Abordagens da Educação Popular Urbana. **Revista Contexto & Educação**, v. 26, n. 85, p. 157-176, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/449>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PVNC - Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes. **Núcleos do PVNC**, s/d. Disponível em: <<https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/nucleos.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SANTOS, Juliette Scarlet Galvão Aires. **“Ninguém fica pra trás!”: o cursinho popular Marielle Franco como ação educativa.** Dissertação (mestrado)

- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/43722>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SERRANO, Marianna Di Giovanni Pinheiro. **Cursinhos populares no Brasil: experiência e educação popular na perspectiva da luta de classes.** Dissertação (mestrado) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, Universidade do Porto, 2020. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130905/2/433726.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SILVA FILHO, Penildon. **Cursos pré-vestibulares populares em Salvador: experiências educativas em movimentos sociais.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2816>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SIQUEIRA, Camila Zucon Ramos de. **Os cursinhos populares: estudo comparado entre MSU e Educafro - MG.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_fe1a45cfada446057f3efee6ad4c689b>. Acesso em: 16 fev. 2023.

TILLY, Charles. (com L. Wood). **Los movimientos sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a Facebook.** Barcelona: Crítica, 2010.

UNEAFFRO Brasil. **História - Uneafro Brasil**, s/d. Disponível em: <<https://uneafrobrasil.org/historia/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VALINHOS, Havolene. Cursinho prepara estudantes trans para o vestibular em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/cursinho-prepara-estudantes-trans-para-o-vestibular-em-sao-paulo.shtml?utm_source> Acesso em: 14 jan. 2023.

VASCONCELOS, André Tinoco de. **Pré-vestibulares populares: desafios políticos ao currículo e ensino de Geografia.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13472>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ZAGO, Nadir. **Cursos Pré-vestibulares populares: Limites e perspectivas.** *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n1p149>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

Recebido em: 11/04/2023
Aprovado em: 17/04/2023